



Parceria para Transparência  
no Acordo de Paris  
Núcleo Lusófono



**CBIT-GSP**  
CLIMATE TRANSPARENCY

**CLIMATE  
PROMISE**

RELATÓRIO FINAL  
8º SEMINÁRIO DO NÚCLEO LUSÓFONO

# A importância de NDCs transparentes e monitorizáveis para atrair investimento climático



8-11 de abril de 2025 | Brasília | Brasil

Esse workshop foi financiado e implementado por

Supported by:



Federal Ministry  
for Economic Affairs  
and Climate Action

Federal Foreign Office



INTERNATIONAL  
CLIMATE  
INITIATIVE

on the basis of a decision  
by the German Bundestag

Com a contribuição técnica de

**CGE**

Consultative Group of Experts  
on the Implementation of NDCs & J-REDS  
United Nations  
Climate Change

Com a contribuição financeira de



**Belgique**

partenaire du développement

**UN**  
environment  
programme

**UN**  
environment  
programme

copenhagen  
climate centre



supported by **UNOPS**

**giz** Deutsche Gesellschaft  
für Internationale  
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

**CAMÕES**  
INSTITUTO  
DA COOPERAÇÃO  
E DA LINGUA  
**PORTUGAL**  
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

**LUXDEV**  
Luxembourg  
Development Agency

MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO

MINISTÉRIO DAS  
RELAÇÕES  
EXTERIORES

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Partnership on Transparency  
in the Paris Agreement



CBIT-GSP  
CLIMATE TRANSPARENCY

CLIMATE  
PROMISE

**Publicado por:**

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

**Escritórios registados:**

Friedrich-Ebert-Allee 32 + 36  
53113 Bonn, Germany  
T +49 228 44 60-0  
F +49 228 44 60-17 66

Dag-Hammarskjöld-Weg 1-5  
65760 Eschborn, Germany  
T +49 30 33 85 25 15  
F +49 61 96 79-11 15

E [contact@patpa.net](mailto:contact@patpa.net)

I [transparency-partnership.net/](http://transparency-partnership.net/)

**Projeto:**

Projeto de apoio à implementação do Acordo de Paris  
Este projeto é financiado pela [Iniciativa Climática Internacional \(IKI\)](#).

**Autores:**

Gonçalo Cavalheiro, Marcelo T. Rocha, Pedro Torres, Simone Gotthardt

**Responsável:**

Oscar Zarzo Fuertes

**Créditos das fotos:**

Crédito para Gonçalo Cavalheiro e Simone Gotthardt

**Ligações URL:**

Esta publicação contém links para websites externos. A responsabilidade pelo conteúdo dos websites externos listados sempre fica com os seus respectivos editores. Quando as ligações a estes sites foram publicadas pela primeira vez, a PATPA verificou os conteúdos de terceiros para estabelecer se poderiam dar origem a responsabilidade civil ou criminal. Contudo, a revisão constante dos links para sites externos não pode ser razoavelmente esperada sem indicação concreta de uma violação de direitos. Se a própria PATPA tomar conhecimento ou for notificada por um terceiro de que um site externo a que tenha fornecido um link der origem a responsabilidade civil ou criminal, a PATPA eliminará o link para este sítio imediatamente. A PATPA dissocia-se expressamente de tais conteúdos. As opiniões expressas nesta publicação são da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente as opiniões do Ministério Federal das Relações Exteriores (AA), do Ministério Federal para Assuntos Económicos e Acção Climática (BMWK) ou a opinião maioritária das Partes do Acordo de Paris.

Maio, 2025.

# Conteúdo

<b>Visão Geral</b> .....	<b>1</b>
Contexto .....	1
Objetivos e resultados esperados.....	2
Participantes .....	3
<b>Dia 1: O BTR – uma nova experiência para todos</b> .....	<b>4</b>
Cerimônia de abertura .....	4
Apresentação do Brasil sobre NDC, BTR, Sistema de Transparência .....	5
Apresentação de Luanda a Brasília – vinculando NDCs e BTRs.....	6
Experiência da Guiné-Bissau na submissão do BTR .....	7
Marketplace: Países apresentam sobre o status da preparação das NDCs e BTRs .....	8
<b>Dia 2: Políticas e medidas, indicadores e projeções</b> .....	<b>10</b>
Uma primeira olhada nos BTRs submetidos.....	10
MPGs para acompanhar o progresso em direção às NDCs, monitorar ações de mitigação e projeções.....	10
Clínica de monitoramento de progresso .....	12
Sessão da juventude – participação da juventude nos processos de transparência.....	14
<b>Dia 3: Ferramenta do relatório do ETF</b> .....	<b>16</b>
Treinamento prático na ferramenta de relatório da ETF.....	16
<b>Dia 4: TER, financiamento climático e juventude</b> .....	<b>19</b>
Principais desafios e oportunidades do <i>Technical Expert Review</i> (TER) .....	19
A importância da transparência para atrair financiamento climático –REDD+ no Brasil ....	20
Apresentação especial – promover a maior participação de sempre na COP30.....	21
Juventude pela transparência: lições aprendidas e próximos passos.....	22
<b>Anexo 1: Agenda</b> .....	<b>23</b>
<b>Anexo 2: Lista de participantes</b> .....	<b>27</b>
<b>Anexo 3: Avaliação</b> .....	<b>29</b>



Partnership on Transparency  
in the Paris Agreement



**CBIT-GSP**  
CLIMATE TRANSPARENCY

**CLIMATE  
PROMISE**

# Lista de Figuras

Imagem 1 – Ricardo Araújo explicando a NDC do Brasil .....	5
Imagem 2 – Relação entre os principais elementos do mecanismo de ambição do Acordo de Paris.....	6
Imagem 3 – Divaldino Mendes apresentando a experiência da Guiné-Bissau .....	7
Imagem 4 – Marketplace .....	8
Imagem 5 – Poster preenchido pelos participantes de cada país.....	9
Imagem 6 – Marcelo Rocha terminando a sua apresentação .....	11
Imagem 7 – Aspeto dos trabalhos na Clinica sobre Projeções.....	12
Imagem 8 – Aspeto dos trabalhos na Clinica sobre Políticas e Medidas.....	14
Imagem 9 – Respresentantes da juventude apresentam resultados preliminares das discussões .....	15
Imagem 10 – Diferentes utilizadores da ferramenta. Fonte: Pedro Torres .....	16
Imagem 11 – Aspeto do material de apoio produzido especificamente para o treinamento .....	17
Imagem 12 – Participação ativa no treinamento .....	18
Imagem 13 – Apresentação sobre REDD+ no Brasil.....	20
Imagem 14 – Apresentação da Maloka, a COP30 no metaverse.....	21
Imagem 15 – Participação online da representante da juventude angolana.....	22
Imagem 16 – Resposta à pergunta qual o seu nível de satisfação com o evento em geral .....	29
Imagem 17 – Resposta à pergunta oportunidade de interação com países lusófonos.....	30
Imagem 18 – Resposta à pergunta participação dos representantes da juventude nos trabalhos .....	30



Partnership on Transparency  
in the Paris Agreement



**CBIT-GSP**  
CLIMATE TRANSPARENCY

**CLIMATE  
PROMISE**

# Glossário técnico

<b>BTR</b>	Relatório de Transparência Bienal	<b>IPCC</b>	Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas
<b>BUR</b>	Relatório de Atualização Bienal	<b>MPGs</b>	Modalidades, Procedimentos e Diretrizes para a estrutura de transparência para ação e apoio referido no Artigo 13 do Acordo de Paris, contido na Decisão 18/CMA.1 e anexo
<b>CGE</b>	Grupo Consultivo de Especialistas em Comunicações Nacionais das Partes não incluídas no Anexo I da Convenção	<b>NDC</b>	Contribuição Nacionalmente Determinada segundo o Artigo 4º do Acordo de Paris
<b>CMA</b>	Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes do Acordo de Paris	<b>PAMs</b>	Políticas e medidas de mitigação, ações e planos, incluindo aqueles com cobenefícios de mitigação resultantes de ações de adaptação e planos de diversificação econômica
<b>COP</b>	Conferência das Partes	<b>PATPA</b>	Parceria para Transparência no Acordo de Paris
<b>CTF</b>	Formatos tabulares comuns para o relatório eletrônico das informações necessárias para acompanhar o progresso feito na implementação e no alcance das contribuições nacionais determinadas nacionalmente nos termos do Artigo 4 do Acordo de Paris (Common Tabular Formats)	<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>ETF</b>	Regras de Transparência (Enhanced Transparency Framework) nos termos do Artigo 13 do Acordo de Paris	<b>REDD+</b>	Redução de emissões de gases do efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal; conservação dos estoques de carbono florestal; manejo sustentável de florestas; e aumento dos estoques de carbono florestal (Decisão 17/CP.16, parágrafo 70)
<b>FREL</b>	Níveis de referência de emissões florestais	<b>TER</b>	Revisão Técnica por Especialistas (Technical Expert Review)
<b>GEF</b>	Fundo Mundial para o Meio Ambiente	<b>UNFCCC</b>	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (United Nations Framework Convention on Climate Change)
<b>GEE</b>	Gás de Efeito Estufa		
<b>GIZ</b>	Deutsche Gesellschaft für internationale Zusammenarbeit		
<b>IKI</b>	Iniciativa Internacional para o Clima (Internationale Klimaschutzinitiative)		

## Visão Geral

### Contexto

O Seminário do Núcleo Lusófono de 2024 concentrou-se na mensagem principal das ligações metodológicas e técnicas entre o trabalho de preparação de um Relatório Bial de Transparência (BTR) e o trabalho de revisão da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). Em particular, os vínculos são claros no que diz respeito ao acompanhamento do progresso da implementação da NDC por meio do BTR e do inventário para a revisão da NDC; e entre as projeções de emissões de Gases de Efeito Estufa preparadas para a NDC e para o BTR. Em 2025, todos os países lusófonos estarão preparando sua NDC3.0 (exceto o Brasil, que a apresentou na COP29, em 2024) e a maioria deles estará preparando seu primeiro BTR (exceto o Brasil e a Guiné-Bissau, que já apresentaram em 2024). Isso faz com que 2025 seja o momento perfeito para demonstrar na prática os vínculos entre os dois processos que foram discutidos em 2024.

A decisão da COP29 sobre a Nova Meta Coletiva Quantificada (NCQG) sobre financiamento climático é muito clara quanto à importância da transparência. As Partes concordaram em “reconhecer a importância da transparência para medir o progresso na melhoria do acesso ao financiamento climático e os impactos, resultados e consequências dos fluxos de financiamento climático” (parágrafo 33).

Dessa forma, é de se esperar que o financiamento não flua adequadamente para um país cujos custos das NDCs não tenham sido estimados de forma adequada e transparente e/ou cuja respectiva implementação não possa ser monitorada de forma transparente. Isso, aliado ao fato de que muitos países lusófonos (como pode ser visto nos respectivos BURs e BTRs, bem como por meio dos processos de revisão das NDCs), se depararem com enormes desafios para monitorar o progresso em direção às suas NDCs, em especial o monitoramento da implementação de ações de mitigação e adaptação, demonstra ainda mais a importância e a necessidade de abordar a transparência das NDCs e o vínculo entre a respectiva preparação e a elaboração de BTRs.

A agenda, as apresentações de cada dia, bem como este relatório final do workshop, estão disponíveis para download no [site da PATPA](#).



## Objetivos e resultados esperados

O principal objetivo do seminário foi desenvolver a capacidade dos países lusófonos para cumprir com eficiência as Modalidades, Procedimentos e Diretrizes (MPGs) em relação aos requisitos de transparência da NDC, garantindo que o vínculo entre o processo de revisão da NDC e a elaboração do BTR seja estabelecido adequadamente.

Os objetivos específicos do seminário foram:

1. Aumentar a conscientização sobre os vínculos entre a formulação de políticas/preparação da NDC e os processos de preparação do BTR, especificamente sobre o acompanhamento do progresso da NDC e o monitoramento das ações de mitigação.
2. Promover a partilha entre os países sobre a experiência adquirida no contexto da preparação da NDC 3.0, especialmente no que diz respeito a garantir sua capacidade de monitoramento.
3. Aumentar a conscientização sobre a importância e promover uma melhor comunicação e cooperação entre as equipes técnicas envolvidas na preparação de NDCs e BTRs.
4. Aumentar a conscientização sobre a importância de NDCs monitoráveis de forma transparente para atrair financiamento climático.

Os principais resultados esperados incluem:

1. Os países criam sistemas que vinculam claramente os processos de elaboração de políticas e os processos de transparência.
2. Os países estão preparados para elaborar e enviar BTRs que sejam consistentes e se baseiem no trabalho realizado no âmbito da NDC3.0 e/ou preparar NDCs que levem em consideração os resultados da BTR do país.
3. Os recursos são usados de forma mais eficaz em cada país, contribuindo para um aumento mais rápido da transparência dos relatórios.
4. As NDCs são monitoráveis de forma transparente e atraem financiamento.

## Participantes

O seminário contou com um componente de governança e um componente técnico, de modo que os participantes deverão estar aptos a participar de discussões sobre os arranjos para a elaboração de políticas e para a transparência, bem como a participar de um treinamento técnico sobre a ferramenta da ETF para relatar o acompanhamento da NDC.

Os dois (2) indicados por país para o seminário são incentivados a ter um perfil que abranja os dois aspectos mencionados acima ou a corresponder a um perfil específico. Os pontos focais são fortemente incentivados a garantir um equilíbrio de gênero nas indicações dos participantes.

Além disso, atendendo ao financiamento disponível, um/a representante juvenil por país foi convidada/o a participar ativamente do seminário.

## Dia 1: O BTR – uma nova experiência para todos

### Cerimónia de abertura

Da cerimónia de abertura participaram representantes dos parceiros ao mais alto nível, nomeadamente Claudio Providas, Representante Residente, UNDP Brasil; Peter Claes, Embaixador da Bélgica na República Federativa do Brasil; Luís Faro Ramos, Embaixador de Portugal na República Federativa do Brasil; Timon Lepold, Adido de Assuntos Ambientais e Climáticos na Embaixada Alemã no Brasil; Sonja Berdau, Diretora do Programa Políticas sobre Mudança do Clima (PoMuC), GIZ Brasil; Osvaldo Moraes, Diretor do Departamento de Clima e Sustentabilidade, MCTI.

Na cerimónia de abertura oficial do seminário os representantes dos parceiros vincaram a importância de colaboração entre os diversos parceiros, bem como da oportunidade das/dos participantes poderem partilhar experiências e discutir problemas, desafios, soluções e oportunidades em português. Realçaram ainda o facto de 2025 ser um ano crucial na luta contra as alterações climáticas, notando o esforço que todos os países estão a fazer para publicar os seus relatórios bienais de transparência e para elaborar as contribuições nacionalmente determinadas.

As autoridades presentes nessa cerimónia de abertura evidenciaram ainda a importância da realização deste seminário, considerando que uma boa parte dos países da lusofonia ainda não submeteu o respectivo relatório bienal de transparência e que igualmente uma boa parte dos países tem ainda pela frente longo processo para elaborar e submeter as contribuições nacionalmente determinadas. Consideraram, portanto, que o seminário é extremamente oportuno na construção de capacidade dos países lusófonos para a elaboração de contribuições nacionalmente determinadas transparentes e monitorizáveis, que dessa forma se tornarão mais atrativas para a captação de financiamento climático.

Os parceiros reafirmaram ainda o seu compromisso em continuar, estreitar e aprofundar a colaboração entre si de modo a intensificar a prestação de apoio técnico aos países lusófonos em matéria de transparência no âmbito do Acordo de Paris.

Apresentação do Brasil sobre NDC, BTR,  
Sistema de Transparência

Ricardo Araújo  
acesse a apresentação

O Brasil apresentou a sua NDC durante a COP29 em Baku e o seu primeiro relatório bial de transparência em dezembro de 2024. Tal reflete e é resultado do esforço que o país tem vindo a fazer ao longo das últimas décadas espera estabelecer sistemas para a recolha tratamento e análise de dados fundamentais para a política climática, sejam eles relativos emissões de gases com efeito estufa, a políticas e medidas de mitigação, e impactos e vulnerabilidades às alterações climáticas, ou as medidas de adaptação para fazer face a estes.

De entre os principais sistemas estabelecidos no Brasil que contribuem para a elaboração de relatórios de transparência contam-se o SIRENE - o sistema nacional de registro de emissões que permite simular impacto de medidas, incluindo redução de emissões e co-benefícios (e.g. saúde) e custos. Por outro lado, o AdaptaBrasil reporta impactos já observados e permite projetar para cenários em 2030 e 2050, tornando-se uma ferramenta de extrema importância para os tomadores de decisão subnacionais em matéria de priorização da aplicação de recursos.

O Brasil relatou as diversas circunstâncias em que o esforço de coleta de informação para a elaboração do BTR contribuiu para o esforço de desenho e planeamento de políticas climáticas, nomeadamente no contexto da elaboração do Plano Clima.



Imagem 1 – Ricardo Araújo explicando a NDC do Brasil

O país descreveu ainda os seus esforços para continuar a melhorar e aprofundar a interoperabilidade entre as diversas plataformas digitais (SIRENE, AdaptaBrasil...), criando dessa forma um modelo de governance para os dados climáticos.

Terminou sua apresentação salientando que os BTRS já não são mais um projeto com começo meio e fim, mas sim um processo contínuo em que, por exemplo, quando se faz o controle de qualidade do inventário, estamos já a colher informação para preparar o plano de melhoria que será implementado na versão subsequente do inventário nacional de emissões de gases com efeito de estufa.

Apresentação de Luanda a Brasília –  
vinculando NDCs e BTRs

Gonçalo Cavalheiro  
acesse a [apresentação](#)

A apresentação realçou o facto do BTR e da NDC estarem umbilicalmente ligados por serem juntamente com o Global Stocktake partes fundamentais do mecanismo de ambição do Acordo de Paris. Os esforços feitos na elaboração de qualquer um destes documentos contribuem para o outro e é fundamental que sejam compatíveis e que se reflitam mutuamente. A imagem abaixo tenta traduzir a ligação entre os diversos elementos do mecanismo de ambição do Acordo de Paris.

A apresentação culminou com o repetir da mensagem já antes transmitida no webinar sobre o tema ocorreu em fevereiro de 2025 de que uma NDC que não se consegue monitorizar não é uma NDC ambiciosa, não passando por conseguinte de uma lista de intenções cujo estado não se conhece. O apelo feito aos participantes é o de que contribuam para a elaboração de uma NDC transparente e realista e, como tal, financiável e implementável.

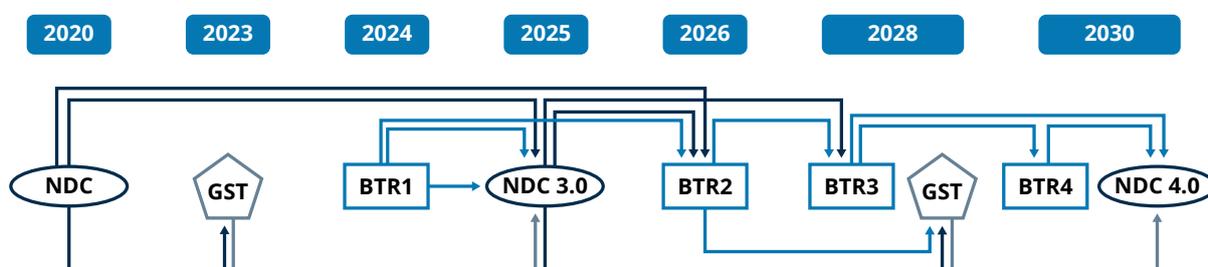


Imagem 2 – Relação entre os principais elementos do mecanismo de ambição do Acordo de Paris.

Experiência da Guiné-Bissau na  
submissão do BTR

Divaldino Mendes  
acesse a apresentação

Foi, para além do Brasil, o único país da lusofonia a submeter o seu BTR dentro do prazo. Para tal Guiné-Bissau optou por submeter em dezembro de 2024 os dois capítulos obrigatórios do BTR, a saber o capítulo do inventário de gases com efeito estufa e o capítulo de acompanhamento da NDC, incluindo a implementação de medidas de mitigação, tendo também aplicado sempre que necessário as cláusulas de flexibilidade previstas nas diretrizes para a elaboração do BTR.

Guiné-Bissau notou que o acesso atempado ao financiamento do GEF para a elaboração do BTR foi fundamental para que o país tivesse condições mínimas para a submissão do relatório dentro do prazo. A Guiné-Bissau foi incluída num projeto “umbrella” regional, cuja assinatura e desbloqueio das verbas teve lugar no final de 2022. Atualmente a Guiné-Bissau está a dar os primeiros passos para garantir a respectiva inclusão num projeto similar para aceder ao financiamento do GEF para o BTR2.

A Guiné-Bissau concluiu a sua apresentação realçando que o BTR1 inclui uma identificação exaustiva das áreas a melhorar no BTR2 e que para tal será fundamental formalizar um mecanismo interinstitucional de coordenação de transparência, prevendo para tal a elaboração de um projeto CBIT.



Imagem 3 – Divaldino Mendes apresentando a experiência da Guiné-Bissau

## Marketplace: Países apresentam sobre o status da preparação das NDCs e BTRs

Na sessão do market place, as/os participantes tiveram oportunidade de, em primeiro lugar, refletir, nas suas equipas nacionais, acerca de aspetos fundamentais do trabalho em curso, tanto em matéria de elaboração da NDC3.0 como do BTR, com foco nos aspetos relevantes para ambos. Numa segunda etapa, os participantes tiveram oportunidade de partilhar com os restantes, os resultados das respetivas reflexões, o que permitiu encontrar desafios e abordagens comuns.



Imagem 4 - Marketplace

A elaboração dos posters permitiu, de uma forma muito visual, confirmar que de facto os países da lusofonia se encontram em fases distintas dos respetivos processos de planeamento (elaboração da NDC) e de monitorização e reporte (elaboração do BTR). Tal situação traz alguns desafios – porque nem sempre os países estão cientes dos desafios que irão encontrar no futuro, mas também várias oportunidades, uma vez que as experiências de uns podem ajudar outros a executar estes processos de modo mais eficiente.

A informação vertida em cada poster serviu, para além da partilha no *market place*, para preparar a participação ativa de todos na “clínica” do dia seguinte, bem como na formação sobre a ferramenta de reporte online do terceiro dia do seminário.

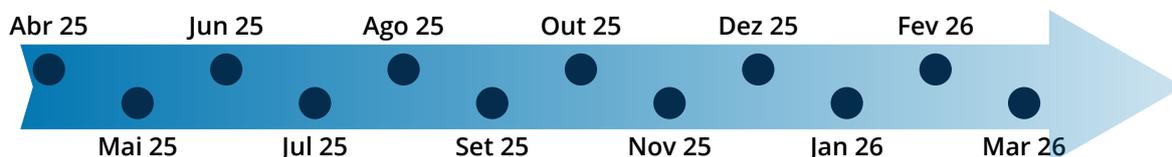
**Informações necessárias para acompanhar os progressos realizados na implementação e cumprimento da NDC**

**Brasil**



<b>Indicadores</b>	<b>Políticas e medidas (PAMs)</b>	<b>Projeções</b>
<p>Já foram identificados os indicadores para acompanhar os progressos realizados na implementação e cumprimento da NDC?</p> <p><b>Sim.</b> Quais são os indicadores?</p> <p><b>Não.</b> Quais são as dificuldades para a sua identificação?</p>	<p>Já foram definidas as políticas e medidas que irão reduzir as emissões e/ou aumentar os sumidouros relacionadas à NDC?</p> <p><b>Sim.</b> Quais são as PAMs?</p> <p><b>Não.</b> Quais são as dificuldades para a sua definição?</p>	<p>Já foram realizadas projeções relacionadas ao impacto das PAMs na implementação da NDC?</p> <p><b>Sim.</b> Quais são as projeções?</p> <p><b>Não.</b> Quais são as dificuldades para realizar as projeções?</p>

**Linha do tempo:** Indique os principais prazos em relação à elaboração da NDC3.0



**Linha do tempo:** Indique os principais prazos em relação à elaboração do BTR1 (e CN + BTR2 se tiver essas informações)

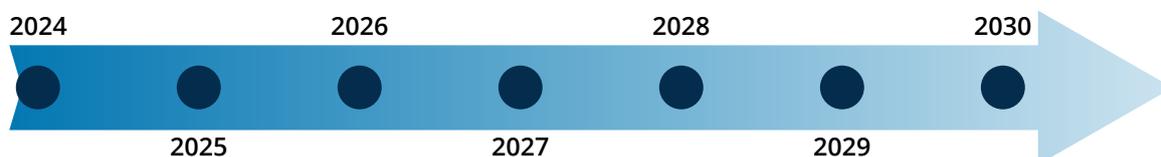


Imagem 5 – Poster preenchido pelos participantes de cada país



## Dia 2: Políticas e medidas, indicadores e projeções

Uma primeira olhada nos BTRs  
submetidos

Simone Gotthardt  
[acesse a apresentação](#)

A apresentação ofereceu uma visão geral dos primeiros BTRs submetidos até abril de 2025 no âmbito do Acordo de Paris, destacando que mais de 100 Partes enviaram seus relatórios. A maioria dos BTRs inclui informações sobre mitigação e acompanhamento do progresso, com muitas Partes indo além dos requisitos obrigatórios ao apresentar dados sobre apoio, adaptação e perdas e danos. Também foram observadas contribuições relevantes sobre temas transversais como gênero, juventude, direitos humanos e participação do setor privado.

Os BTRs apresentados demonstram o potencial de servir como fonte de referência para outras Partes, especialmente aquelas em fase de elaboração de seus primeiros relatórios. Capítulos inovadores e bem estruturados, como os dedicados à juventude em países como Namíbia e Equador, podem oferecer inspiração e exemplos práticos. Também foi observado que vários países em desenvolvimento fizeram uso da flexibilidade prevista no formato dos BTRs, indicando caminhos possíveis para relatar informações de forma contextualizada às suas capacidades.

MPGs para acompanhar o progresso em  
direção às NDCs, monitorar ações de  
mitigação e projeções

Marcelo Rocha  
[acesse a apresentação](#)

Nesta sessão foram apresentados e explicados os requerimentos de reporte, estabelecidos pelas MPGs da Decisão 18/CMA.1, para as informações necessárias para acompanhar o progresso realizado na implementação e no cumprimento das NDCs, em particular:

- As circunstâncias nacionais e os arranjos institucionais relevantes para acompanhar o progresso registrado na implementação e no cumprimento das NDCs;
- A descrição da NDC;
- Os indicadores relevantes para acompanhar os progressos alcançados na implementação e cumprimento da NDC;
- As políticas e medidas de mitigação, ações e planos, incluindo os que apresentam

co-benefícios de mitigação resultantes de medidas de adaptação e de planos de diversificação econômica, relacionados com a implementação e o cumprimento da NDC; e

- As projeções das emissões e remoções de GEE.

Também foram apresentadas e explicadas a provisões de flexibilidade que os países em desenvolvimento podem aplicar em relação as informações necessárias para acompanhar o progresso e cumprimento da NDC; assim como as tabelas comuns de reporte, definidas pela Decisão 5/CMA.3, que devem ser utilizadas pelos países para apresentarem tais informações.

Durante as discussões foram esclarecidas diversas dúvidas sobre os requerimentos; em particular a identificação de um número adequado de indicadores que sejam relevantes para o tipo de NDC e que possam ser mensurados considerando a disponibilidade de informações e o tempo relativamente limitado que os países possuem para a elaboração e submissão dos BTRs.



Imagem 6 - Marcelo Rocha terminando a sua apresentação



## Clínica de monitoramento de progresso

### Clínica sobre Projeções

Durante a sessão paralela sobre projeções, os países que já desenvolveram projeções nacionais compartilharam experiências sobre os seus processos e os desafios enfrentados. Estes incluíram dificuldades técnicas relacionadas com a disponibilidade de dados e limitações de capacidade técnica. Os países que ainda não têm projeções apresentaram os seus planos e ideias para iniciar este trabalho, salientando a importância de reforçar a colaboração e capacidade institucional.

A discussão destacou a necessidade de começar por um inventário de gases com efeito de estufa fiável e robusto, que constitui a base sobre a qual as projeções devem ser construídas.

Esta troca de experiências criou um ambiente de aprendizagem, permitindo a partilha de boas práticas e a identificação de oportunidades de colaboração. A sessão sublinhou ainda a importância da consistência metodológica entre inventários e projeções.



Imagem 7 – Aspeto dos trabalhos na Clínica sobre Projeções

## Clínica sobre Indicadores

A discussão nos três turnos da clínica permitiu discutir em detalhe os indicadores que os países selecionaram para o acompanhar o progresso e cumprimento de suas NDCs.

O parágrafo 66 das MPGs, indica que os indicadores “poderão incluir, conforme adequado, por exemplo: emissões e remoções líquidas de GEE, redução percentual da intensidade de GEE, indicadores qualitativos relevantes para uma política ou medida específica, co-benefícios de mitigação das medidas de adaptação e/ou dos planos de diversificação econômica ou outros (por exemplo, hectares de reflorestação, percentagem de utilização ou produção de energia renovável, neutralidade de carbono, percentagem de combustíveis não fósseis no consumo de energia primária e indicadores não relacionados com GEE)”.

Vários países relataram as dificuldades e desafios que possuem atualmente para a coleta das informações e valores dos indicadores (particularmente, indicadores relacionados ao inventário nacional de emissões e remoções de GEE), incluindo a necessidade de envolvimento de diferentes instituições e/ou ministérios; a falta de série históricas completas, as incertezas em relação aos valores estimados, entre outras. Foram apresentadas e discutidas brevemente possíveis soluções para tais dificuldades e desafios. Entretanto, caberia para cada país realizar uma análise mais aprofundada.

## Clínica sobre Políticas e Medidas

A discussão nos três turnos da clínica sobre políticas e medidas foi sendo construída a partir de uma pergunta de um participante na ronda inicial: o que são políticas e medidas e que enquadramento têm no Acordo de Paris.

O artigo 4.2 do Acordo de Paris refere que as Partes devem “preparar, comunicar e manter contribuições nacionalmente determinadas” e que devem “implementar medidas de mitigação domésticas, com o objetivo de alcançar tais contribuições.” Sendo o Acordo de Paris algo vago nessa matéria, as diretrizes para a elaboração dos BTR dão um pouco mais de orientações sobre o que são as políticas e medidas para alcançar a NDC que devem ser incluídas no BTR, nomeadamente no título da secção D: Políticas e medidas de mitigação, ações e planos, incluindo os que apresentam cobenefícios de mitigação resultantes de medidas de adaptação e de planos de diversificação econômica, relacionados com a implementação e o cumprimento de uma contribuição nacionalmente determinada nos termos do Artigo 4.º do Acordo de Paris

O parágrafo 80 (primeiro parágrafo desta secção), especifica que: Cada Parte deverá fornecer informações sobre as ações, políticas e medidas que subsidiam a implementação e o cumprimento da sua NDC no âmbito do Artigo 4.º do Acordo de Paris, focando nas que têm um impacto mais significativo nas emissões ou remoções de GEE e nas que têm impacto em categorias-chave do inventário nacional de GEE.



A discussão na clínica abrangeu ainda abordagens para a monitorização das políticas e medidas, incluindo indicadores (ligando a discussão com a mesa dedicada a esse tema).



Imagem 8 – Aspeto dos trabalhos na Clínica sobre Políticas e Medidas

Sessão da juventude – participação da  
juventude nos processos de transparência

Dircia Belo, Lorian  
Monteiro, Joel Almeida,  
Marcelinda da Silva, Jorge  
Gulambondo, Paulo  
Galvão, Raquel Solicopá,  
Verónica Choconesa  
[acesse a apresentação](#)

Nesta sessão, os representantes da juventude apresentaram os resultados preliminares da discussão que tiveram entre si, sobre a experiência de cada um na participação dos processos de transparência dos respetivos países, bem como o esboço da proposta de guia para a integração de representantes da juventude nesses processos.

No respeitante à inclusão dos jovens nos processos de transparência, a apresentação focou-se no como e no porquê:

- **Como:** a) abertura para a inclusão (oportunidade/ facilidade); b) acesso ao conhecimento e à informação; c) educação inclusiva e capacitação técnica; d) espaço na governança climática; e) comunicação e transparência; f) monitorização e implementação
- **Porquê:** a) responsabilidade intergeracional; b) inovação e força de vontade; c) justiça climática e inclusão; d) continuidade e sustentabilidade; e) monitoramento.

“Eu não sou uma pessoa muito experiente, mas tenho o meu contributo a dar!”

Representante da juventude no testemunho relativo à respetiva inclusão no processo de transparência.



Imagem 9 – Representantes da juventude apresentam resultados preliminares das discussões

## Dia 3: Ferramenta do relatório do ETF

Treinamento prático na ferramenta de relatório da ETF

Pedro Torres  
acesse a [apresentação](#) e o [documento de apoio NDC](#)

A sessão de treinamento ocupou todo o terceiro dia, por se pretender que o máximo possível de participantes tivesse oportunidade de manusear a ferramenta eletrónica ETF Reporter, que visa facilitar o preenchimento das tabelas CTF (common tabular format) tal como aprovadas pelas Partes na decisão 5/CMA.3, em Glasgow, COP 26, 2021.

O acesso à ferramenta (<https://etf-progress.unfccc.int>) é concedido ao ETF Focal Point (Ponto Focal para a ETF) que deve ser nomeado pelo Ponto Focal Nacional. O ponto focal para a ETF tem então a possibilidade de nomear e conceder acesso a outros utilizadores, nomeadamente o ponto focal suplente e o compilador do relatório, para além dos coordenadores dos diferentes capítulos (ver imagem abaixo). De realçar que, com exceção do acesso ao Ponto Focal do ETF, que é concedido pelo Secretariado, todos os restantes acessos são geridos nacionalmente, sem qualquer intervenção do secretariado.

Para a sessão de treinamento, os participantes receberam um manual que, entre outras coisas, traduziu para português, os requisitos da ferramenta e na qual se indicava o tipo de informação a prestar para dar resposta a cada requisito.



Imagem 10 – Diferentes utilizadores da ferramenta. Fonte: Pedro Torres

## 1.2 Methodologies and accounting approaches (Metodologias e abordagem de contabilidade)

ID	Campo na ferramenta de reporte	Explicação	Exemplo para preenchimento na ferramenta de reporte
4.	For the first NDC under Article 4: <i>Para a primeira NDC ao abrigo do Artigo 4.º</i>		
5.	Accounting approach, including how it is consistent with Article 4, paragraphs 13–14, of the Paris Agreement (para. 71 of the MPGs) <i>Abordagem de contabilidade, incluindo a forma como está em conformidade com o Artigo 4.º, n.ºs 13–14, do Acordo de Paris (parágrafo 71 das MPGs)</i>	<i>Descrever a <b>abordagem de contabilidade</b> utilizada para acompanhar o progresso em relação à NDC. Pode incluir informações sobre a metodologia aplicada, o período de referência, a cobertura de setores e gases, a forma como são tratadas as categorias significativas, e como se assegura que não há dupla contagem de resultados. Exemplo: Pode indicar que aplica uma abordagem baseada no inventário nacional de GEE, utilizando as metodologias do IPCC de 2006 e os potenciais de aquecimento global do AR5.</i>	Emissions and removals are estimated using the 2006 IPCC Guidelines and the Global Warming Potentials (GWPs) from AR5 <i>As emissões e remoções são estimadas utilizando as Metodologias do IPCC de 2006 e os Potenciais de Aquecimento Global (GWP) do Quinto Relatório de Avaliação do IPCC (AR5).</i>

Imagem 11 – Aspeto do material de apoio produzido especificamente para o treinamento

Durante a sessão, os participantes tiveram oportunidade de se familiarizar com o ambiente da ferramenta, com os requisitos de reporte, com as opções de importação e exportação automática de dados. Para além disso, para demonstrar a adequação da ferramenta a qualquer tipo de NDC, o exercício incluiu uma NDC de redução de emissões e outra de implementação de políticas e medidas.



Imagem 12 – Participação ativa no treinamento

## Dia 4: TER, financiamento climático e juventude

Principais desafios e oportunidades do  
*Technical Expert Review* (TER)

Marcelo Rocha  
[acesse a apresentação](#)

Nesta sessão foram apresentados os requerimentos de revisão, estabelecidos pelas MPGs da Decisão 18/CMA.1, em particular para a revisão das informações necessárias para acompanhar o progresso realizado na implementação e no cumprimento das NDCs. Também foi esclarecido que as informações relatadas para adaptação poderão ser objeto de uma revisão voluntária, caso solicitada pelo país, de acordo com os requerimentos estabelecidos pela Decisão 9/CMA.4.

Em relação a revisão das informações necessárias para acompanhar o progresso da NDC, foram explicados o escopo; o formato da revisão técnica por especialistas; os procedimentos; a confidencialidade (quando pertinente); os papéis dos países, da equipe de revisão técnica por especialistas e do secretariado; e as provisões de flexibilidade que os países em desenvolvimento podem aplicar em relação a revisão.

Durante a sessão também foi apresentado o status do processo de revisão dos BTRs, salientando algumas das lições aprendidas tanto pelo time de revisores, como também dos países que estão atualmente passando pelo processo de revisão (neste caso o Brasil). Neste sentido, foi ressaltado que a revisão técnica por especialista é uma excelente oportunidade de aprendizado e aprimoramento dos BTRs.

Por fim, a sessão também ressaltou a importância de especialistas técnicos dos países lusófonos participem do processo de revisão técnica, como uma forma de aprendizado e troca de experiências. Para tanto, foram explicados os passos necessários para se tornar um revisor habilitado a participar das revisões técnicas por especialistas.

A importância da transparência  
para atrair financiamento climático –  
REDD+ no Brasil

Roberta Cantinho  
acesse a apresentação

O acesso a recursos REDD+ (a pagamento por resultados alcançado) é exigente, assentando num conjunto de instrumentos de planeamento e de monitorização / transparência, nomeadamente (no caso do Brasil): Sistema Nacional de Monitoramento de Florestas; Estratégia Nacional para REDD+; Nível de Referência de Emissões (FREL) e Sistema de Informações sobre Salvaguardas.

O Brasil tem um sistema de repartição dos benefícios de REDD+ em que 60% é atribuídos às entidades infra-nacionais (os Estados) e os restantes 40% são atribuídos ao Governo Federal.

Os fundos para REDD+ são captados e geridos, primordialmente pelo Fundo Amazônia (que é financiado por doações). Dois outros grandes projetos merecem também destaque no respeitante à captação de pagamentos por resultados REDD+: a chamada-piloto do *Green Climate Fund*, em 2020, no valor de USD 500 000 e o projeto Floresta+ Amazônia, apoiado pelo PNUD, no valor de USD 96 milhões.



Imagem 13 – Apresentação sobre REDD+ no Brasil

Apresentação especial – promover a  
maior participação de sempre na COP30

Thiago Mendes

A COP30 é vista, pela Presidência, como o “Ponto da Virada” no que diz respeito à participação massiva e global nas suas atividades.

Com grande tradição na receção de cimeiras globais dedicados ao ambiente e à sustentabilidade, o Brasil pretende criar condições para que milhões de pessoas possam participar, virtualmente, nas atividades da COP, 24 horas por dia. Para tal, está a criar um sistema no metaverse chamado de Maloka, que recria, com uma familiaridade fenomenal, o ambiente da COP, permitindo assim, ir a Belém sem sair de casa.



Imagem 14 – Apresentação da Maloka, a COP30 no metaverse

Juventude pela transparência: lições aprendidas e próximos passos

Dircia Belo, Lorian Monteiro, Joel Almeida, Marcelinda da Silva, Jorge Gulambondo, Paulo Galvão, Raquel Solicopá, Verónica Choconesa  
acesse a apresentação

Na sua apresentação final, que incluiu a participação online da representante da juventude de Angola que não pode participar no Seminário por motivos de força maior, os jovens comprometeram-se a continuar a trabalhar em conjunto e a constituir uma rede de jovens lusófonos para a transparência. Especificamente e, enquanto próximos passos imediatos, representantes da juventude comprometeram-se a preparar um webinar e uma revista sobre jovens e transparência.

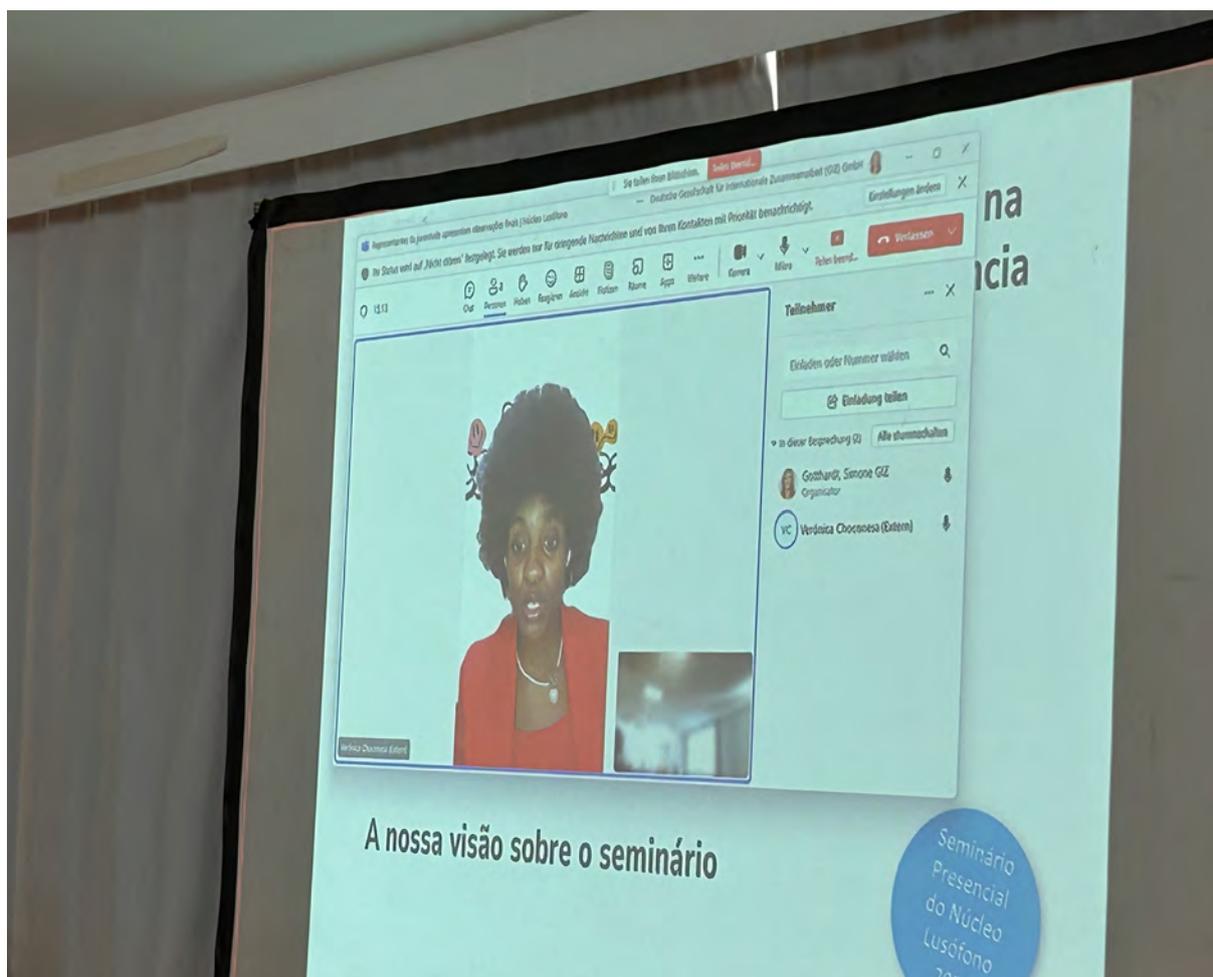


Imagem 15 – Participação online da representante da juventude angolana



## Anexo 1: Agenda

### DIA 1: O BTR - UMA NOVA EXPERIÊNCIA PARA TODOS

8:30 – 9:00 Registro

9:00 – 10:30 Cerimônia de abertura

- Claudio Providas, Representante Residente, UNDP Brasil
- Peter Claes, Embaixador da Bélgica na República Federativa do Brasil
- Luís Faro Ramos, Embaixador de Portugal na República Federativa do Brasil
- Timon Lepold, Adido de Assuntos Ambientais e Climáticos, Embaixada da Alemanha na República Federativa do Brasil
- Sonja Berdau, Diretora do Programa Políticas sobre Mudança do Clima (PoMuC), GIZ Brasil
- Osvaldo Moraes, Diretor do Departamento de Clima e Sustentabilidade, MCTI

10:30 – 11:00 Foto de Grupo e Pausa do Café

11:00 – 12:00 Introdução ao seminário e integração dos participantes Elis Motta

12:00 – 13:00 Apresentação do Brasil sobre NDC, BTR, Sistema de Transparência Ricardo Araújo

13:00 – 14:30 Almoço

14:30 – 15:00 Apresentação de Luanda a Brasília: vinculando NDCs e BTRs Gonçalo Cavalheiro

15:00 – 15:30 Experiência da Guiné-Bissau na submissão do BTR Divaldino Mendes

15:30 – 16:00 Pausa do Café

16:00 – 17:30 Marketplace: Países apresentam sobre o status da preparação das NDCs e BTRs de forma dinâmica e interativa

17:30 – 18:00 Encerramento do dia Elis Motta

18:00 Final do dia



Parceria para Transparência  
no Acordo de Paris  
Núcleo Lusófono



CBIT-GSP  
CLIMATE TRANSPARENCY

CLIMATE  
PROMISE

## DIA 2: POLÍTICAS E MEDIDAS, INDICADORES E PROJEÇÕES

9:00 – 9:30	Introdução ao dia	Elis Motta
9:30 – 10:00	Uma primeira olhada nos BTRs submetidos –	Simone Gotthardt
10:00 – 11:00	MPGs para acompanhar o progresso em direção às NDCs, monitorar ações de mitigação e projeções	Marcelo T. Rocha
11:00 – 11:30	Pausa do Café	
11:30 – 13:00	Clínica de monitoramento de progresso: especialistas por área disponíveis para ajudar países a resolver desafios identificados por eles   Juventude trabalha em paralelo	
13:00 – 14:30	Almoço	
14:30 – 16:00	Sessão da juventude	
16:00 – 16:30	Pausa do Café	
16:30 – 17:00	Encerramento do dia	Elis Motta
17:00 – 19:00	Final do dia + visita da Torre de TV	



### DIA 3: FERRAMENTA DO RELATÓRIO DO ETF

9:00 – 9:30	Introdução ao dia	Elis Motta
9:30 – 10:30	Treinamento prático na ferramenta de relatório da ETF	Pedro Torres
10:30 – 11:00	Pausa do Café	
11:00 – 12:00	Treinamento prático na ferramenta de relatório da ETF	Pedro Torres
12:00 – 13:00	Treinamento prático na ferramenta de relatório da ETF	Pedro Torres
13:00 – 14:30	Almoço	
14:30 – 15:30	Treinamento prático na ferramenta de relatório da ETF	Pedro Torres
16:00 – 16:30	Pausa do Café	
16:30 - 17:30	Treinamento prático na ferramenta de relatório da ETF	Pedro Torres
17:30 - 18:00	Encerramento do dia	Elis Motta
18:00	Final do dia + Jantar de confraternização	



Parceria para Transparência  
no Acordo de Paris  
Núcleo Lusófona



**CBIT-GSP**  
CLIMATE TRANSPARENCY

**CLIMATE  
PROMISE**

## DIA 4: TER, FINANCIAMENTO CLIMÁTICO E JUVENTUDE

9:00 – 9:30	Introdução ao dia	Elis Motta
9:30 – 10:30	Meta-Universo na COP30	Thiago Mendes
10:30 – 11:00	Principais desafios e oportunidades do Technical Expert Review (TER)	Marcelo T. Rocha
11:00 – 11:30	Pausa do Café	
11:30 – 12:30	A importância da transparência para atrair financiamento climático	Roberta Cantinho
12:30 – 13:30	Próximos passos e encerramento	Simone Gotthardt
13:30 – 14:20	Almoço	
14:20 – 14:30	Encerramento do seminário	
14:30	Final do seminário	



## Anexo 2: Lista de participantes

Participantes			
	País	Gênero (M/F/D)	Nome completo
1	Angola	F	Ivone Pascoal
2	Angola	F	Julcileia Vasconcelos
3	Brasil	F	Adriana Fernandes Farias
4	Brasil	F	Flávia Bellaguarda
5	Brasil	F	Juliana Marcussi
6	Brasil	M	Marcelo da Silva Castro
7	Brasil	M	Paulo Galvão
8	Brasil	M	Ricardo Vieira Araújo
9	Brasil	F	Andréa N. da Araújo
10	Brasil	M	Oswaldo Moraes
11	Brasil	M	Antonio Mardona
12	Brasil	F	Alda Alves
13	Cabo Verde	M	Alexandre Nevsky Rodrigues
14	Cabo Verde	F	Jaqueline Pina
15	Cabo Verde	F	Loriana de Brito Monteiro
16	Cabo Verde - LuxDev	F	Inês Mourão
17	Guiné Equatorial	M	Araceli Ndoho Mikó Nchama
18	Guiné Equatorial	F	Raquel Solicopá Paco
19	Guiné Equatorial	M	José Nsue Ndong Nzang
20	Guiné Equatorial - UNDP	M	Demetrio Bocuma
21	Guiné-Bissau	M	António Pansau Ndafo
22	Guiné-Bissau	M	Divaldino Mendes
23	Guiné-Bissau	F	Marcelinda da Silva
24	Moçambique	M	Claudio Quenhe
25	Moçambique	M	Jorge Eusébio Gulambondo
26	Moçambique	F	Paula Panguene
27	Moçambique	F	Marília Telma António Manjate
28	São Tomé e Príncipe	M	Joel Almeida
29	São Tomé e Príncipe	M	José Luiz Lima Onofre
30	São Tomé e Príncipe	M	Madival de Alva das Neves
31	São Tomé e Príncipe - UNDP	F	Máurean Barroso
32	Timor-Leste	F	Dircia Sarmento Belo
33	Timor-Leste	F	Elda da Costa Guterres
34	Timor-Leste	M	Oscar Soares

Organizadores, fornecedor de apoio técnico, outras instituições

	Instituição	Gênero (M/F/D)	Nome completo
1	PATPA - Núcleo Lusófono	F	Simone Gotthardt
2	UNDP - Núcleo Lusófono	M	Gonçalo Cavalheiro
3	GIZ Brasil	F	Juliana Rocha
4	GIZ Brasil	F	Mayana Witt
5	GIZ Brasil	F	Camila Pianca
6	Instituto NOW	F	Elis Motta
7	UNDP CO - Brasil	M	Luciano Milhomem
8	UNDP CO - Brasil	M	Carlos Eduardo
9	UNDP CO - Brasil	M	Fernando Jatoba
10	UNFCCC	M	Pedro Torres
11	UNFCCC CGE	M	Marcelo T. Rocha

## Anexo 3: Avaliação

Do questionário mais vasto de avaliação do seminário, destacamos as respostas a três perguntas que nos parecem ser fundamentais e que justificam a organização deste seminário e de outros no futuro.

Relativamente à primeira pergunta – qual o seu nível de satisfação com o evento em geral – 52% dos participantes atribuíram a pontuação máxima.

A atribuição de pontuação máxima à segunda questão – oportunidade de interação com países lusófonos – por 65% dos participantes, é, para a organização, razão de grande satisfação, por confirmar termos conseguido definir uma metodologia que promove a partilha de experiência entre os países em detrimento da partilha de conhecimento entre especialistas e os países, reconhecendo assim, a crescente capacidade dentro dos países da lusofonia.

Finalmente, o mesmo número de participantes – 65% – atribui nota máxima à participação dos representantes da juventude nos trabalhos, confirmando não só a relevância da sua participação no seminário, mas constituindo também um sinal de boa receção das suas demandas e de boas perspetivas da respetiva integração nos processos de transparência de cada país.

Qual o seu nível de satisfação com o evento em geral?  
23 out of 23 answered

4.3 Average rating

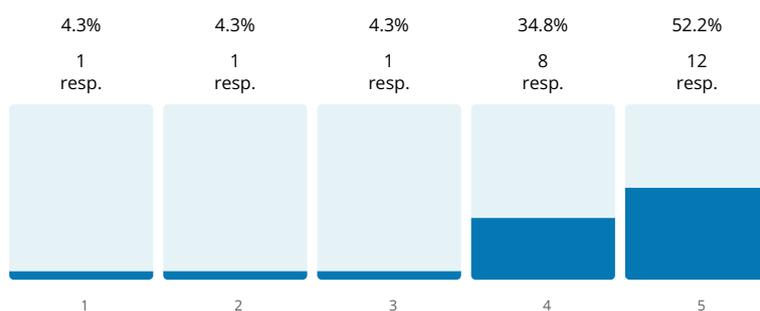


Imagem 16 – Resposta à pergunta qual o seu nível de satisfação com o evento em geral

**Oportunidades de interação com outros países lusófonos**

23 out of 23 answered

**4.5 Average rating**

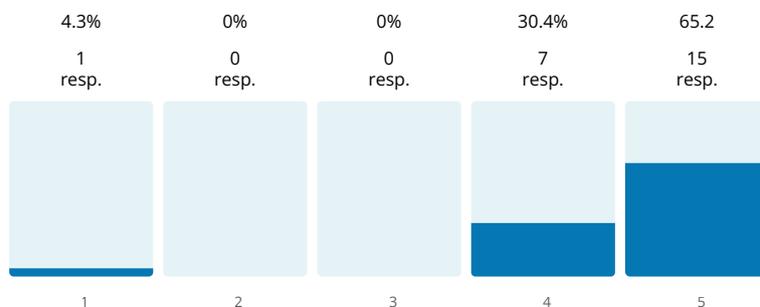


Imagem 17 – Resposta à pergunta oportunidade de interação com países lusófonos

**Sessões com a juventude**

23 out of 23 answered

**4.6 Average rating**

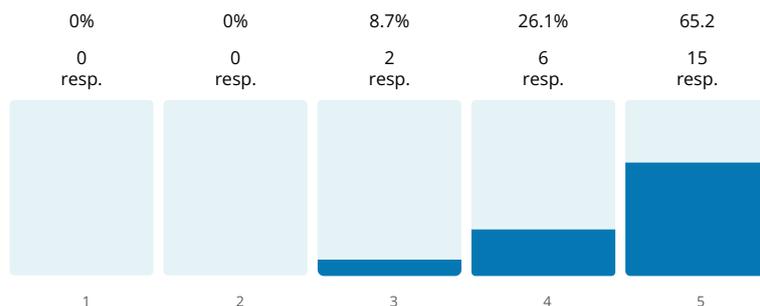


Imagem 18 – Resposta à pergunta participação dos representantes da juventude nos trabalhos

**Publicado por:**

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

**Escritórios registrados:**

Friedrich-Ebert-Allee 32 + 36

53113 Bonn, Germany

T +49 228 44 60-0

F +49 228 44 60-17 66

Dag-Hammarskjöld-Weg 1-5

65760 Eschborn, Germany

T +49 30 33 85 25 15

F +49 61 96 79-11 15

E [contact@patpa.net](mailto:contact@patpa.net)

I <https://transparency-partnership.net/>